

Sindsep/MA, direção e trabalhadores do Conselho de Radiologia fecham ACT 24/25 da categoria

Os representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – Sindsep/MA em reunião com a direção e os trabalhadores do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Maranhão e Piauí 17ª região chegaram ao consenso sobre as últimas pendências e concluíram o processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 da categoria.

Com o fim das negociações foi assinada a minuta do Acordo 2024/2025 em que mais uma vez os direitos dos trabalhadores foram contemplados de forma satisfatória para ambos os lados. “é muito importante que o processo se Dê a

partir de negociações feitas com transparência e cuidado para garantir os direitos dos trabalhadores e manter aberto o canal de negociações com os gestores”, disse Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep Maranhão.

Participaram da reunião os trabalhadores do Conselho, Mikaela Pereira Portela - agente fiscal, Carlos Diego Pacheco Coelho - agente fiscal, o presidente,



Fernando Portugal, o diretor financeiro, Adailton Carlos, a diretora secretária do Conselho, Julianne Rocha de Araújo; a secretária geral do Sindsep, Conceição Reis Silva e o vice-presidente do Sindsep, Raimundo Pereira.

Pobreza extrema atinge 1 bilhão de pessoas no mundo; no Brasil recua em 9,6 milhões

Enquanto o Brasil tirou 9,6 milhões de brasileiros e brasileiras da condição de extrema pobreza em 2023, a situação ao redor do mundo piorou. Mais de 1 bilhão de pessoas estão na linha de pobreza aguda, das quais quase metade (455 milhões) se concentra em países que estão em guerra.

O estudo, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em colaboração Universidade de Oxford, no último dia 17, data que celebra o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, indica que situação é mais grave nas zonas rurais, onde 28% da população mundial são pobres, do que nas zonas urbanas, onde essa condição afeta 6,6% das pessoas.

No Brasil, o resgate das políticas públicas no terceiro mandato do governo do presidente Lula (PT) como transferência de renda com a criação do novo Bolsa Família, ajuda adici-

onais às famílias com crianças de até seis anos de idade e a políticas de segurança alimentar foram medidas imediatas que tiraram o país do mapa da fome, herdado pelo governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (PL).

“Foi uma redução muito drástica da fome [em 2023] e, portanto, satisfatória. O que motivou isso no meu ponto de vista foi a retomada das políticas públicas e sociais”, avalia o analista de políticas da Action Aid, Francisco Menezes.

Os esforços dos dois governos Lula anteriores para reduzir a fome e a extrema pobreza, mantidos durante a primeira gestão da presidenta Dilma Rousseff (PT), tiraram o país do Mapa da Fome em 2014. Agora, em quase dois anos de governo, vê-se a queda vertiginosa de 33 milhões de brasileiros passando fome, em 2022, para 8,6 milhões, em 2024 – 3,9% da população.

“Mais acesso à renda é uma das importantes medidas da política de segurança alimentar, que já tinha sido praticada anteriormente pelo presidente Lula nos seus dois mandatos anteriores”, prossegue Menezes

Também em 2023, cerca de 20 milhões de brasileiros foram retirados de um quadro de insegurança alimentar moderada ou grave, segundo o levantamento do Instituto Fome Zero, a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE.

A insegurança alimentar moderada é quando a pessoa não consegue ter as três refeições diárias ou não se alimenta o bastante. Já a insegurança alimentar grave, quando o indivíduo fica um ou mais dias sem comer, em situação de fome.

Próxima quinta é dia de luta contra PEC 66 e o confisco das aposentadorias

A Aliança das Três Esferas convoca servidores federais, estaduais e municipais a se unir em um Dia Nacional de Mobilização e Luta, na próxima quinta-feira, 24, contra o confisco das aposentadorias, contra a PEC 66 e a favor da PEC 6. O que está em jogo é a luta por dignidade e justiça aos aposentados e pensionistas do serviço público.

Essa semana, a CUT e suas entidades filiadas que integram a Aliança das Três Esferas, Confetam, Fenasepe, Condsef/Fenadsef, CNTE, CNTSS, Sinagências e Proifef, participaram do 18º Encontro Nacional de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, realizado na Câmara dos Deputados, onde esses temas foram tratados.

STF, o confisco não é justo!

A importância de pôr fim ao confisco das aposentadorias dos servidores é um dos pontos centrais dessa luta. Isso porque o Supremo Tribunal Federal (STF) pode derrubar, em breve, pontos da Emenda Constitucional 103/2019 promovida pela reforma da Previdência de Bolsonaro.

Com o pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes foi suspensa a votação e com isso os votos já dados pelos outros ministros podem ser alterados.

Vamos cobrar que os ministros do STF façam justiça e suspendam esse confisco imposto aos aposentados.

O confisco não é justo porque:

Cobra contribuição extraordinária aos servidores em caso de déficit previdenciário;

Aplica alíquotas de contribuição para aposentados e pensionistas sobre valores abaixo do teto do INSS, o que penaliza especialmente os que ganham menos.

Essa ação está diretamente relacionada à possibilidade de aliviar o impacto nos contracheques de milhares de aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 7.786,02.

PEC 66: a PEC da morte

Articulada em uma marcha dos prefeitos, em Brasília, a PEC 66/23, que ficou conhecida por muitos como a "PEC da morte", propõe aplicar de forma automática as regras da reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes (EC 103/19) para estados e municípios que ainda não estão adequados a ela.

Em nota, a CUT alertou sobre os riscos da proposta que potencialmente pode aprofundar regras previdenciárias mais rígidas do que as previstas na reforma da previdência. Isso incluiria aumentos nas alíquotas de contribuição previdenciária, potencialmente superiores a 22%. "Isso representa uma carga financeira maior para os servidores e um retrocesso social significativo, desconstituindo conquistas já alcançadas, colocando em risco servidores públicos aposentados e ativos", destaca a Central.

E porquê defender a PEC 6/24?

Na outra ponta de nossa luta



está a defesa da aprovação da PEC 6/24, uma alternativa a esses ataques aos direitos e dignidade dos aposentados e pensionistas.

O Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap) elaborou um material informativo sobre os mitos e verdades envolvidos na tramitação da PEC 6/24.

No documento, a Mosap esclarece dúvidas como qual seria o impacto da PEC 6/24 nos cofres da União, combatendo a ideia de que esse impacto seria gigantesco ao país.

Estudos mostram que no primeiro ano esse impacto seria de cerca de R\$ 6 bilhões. "Bem menos do que o arrecadado em 2023 com o IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior, que apresentou uma arrecadação de R\$ 10,1 bilhões em 2023", compara com dados.

A PEC 6/24, portanto, é uma alternativa a reformas da Previdência que não apenas retiram direitos, mas impõem penalidades inconstitucionais a aposentados e pensionistas, como faz a EC 103/19 DE Bolsonaro-Guedes.

Pela dignidade dos atuais e futuros aposentados e pensionistas do Brasil, junte-se a nós nessa luta na próxima quinta, 24.

Fonte: Condsef